

Cardoso diz que propostas da Constituinte são "vesgas"

Do Correspondente em Campo Grande

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, afirmou anteontem, às 18h, em Campo Grande (MS), que as principais posições assumidas pelas subcomissões e comissões do Congresso constituinte, não interpretam a "vontade da nação" e que, por isso, são "vesgas". O líder, que participou da cerimônia de instalação da Comissão Parlamentar Pró-Constituinte da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, citou como exemplo a questão da Reforma Agrária, afirmando que "não podemos deixar que aconteçam casos como este, porque seria melhor pedir a volta da Constituição dos militares do antigo regime", advertiu.

O senador disse que não há possibilidade de que o governo ou o Congresso constituinte venham de-

fender a prorrogação do mandato dos prefeitos e vereadores até 1989. Essa tese, no momento, cresce no Palácio do Planalto e entre os prefeitos que se reuniram ontem em Garça (SP), para justamente elaborar um documento pedindo a coincidência das eleições municipais com as eleições para presidente da República. Para Fernando Henrique, isso não passa de uma balão de ensaio e disse não acreditar "que o Palácio do Planalto seja favorável a prorrogação. Eu desconheço quem defende essa tese".

Governador

O governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda Soares, 48, afirmou ontem, em Campo Grande, que o novo superintendente da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste), será o ex-governador do Estado Rames Tebet.



Cardoso acha que as posições da Constituinte não representam a vontade do país

Banco de Dados

Ministros militares são contra limitação na pesquisa nuclear

Da Sucursal de Brasília

Os ministros do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, 66, da Marinha, almirante Henrique Sabóia, 61, e da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, 60, são contra a inclusão de artigos na nova Constituição que limitem a pesquisa no campo da energia nuclear. "O país não pode se autolimitar", reagiu o ministro da Marinha à proposta da subcomissão. Posição semelhante foi defendida pelo seus colegas da Aeronáutica e do Exército.

Em seu anteprojeto, a Subcomissão

de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente incluiu dois artigos relativos à energia nuclear. No primeiro deles, estabelece que "a instalação e funcionamento de reatores nucleares dependerão de prévia autorização do Congresso Nacional". Este mesmo artigo prevê ainda que as demais atividades nucleares serão exercidas mediante controle do poder público, assegurando-se a fiscalização supletiva pelas entidades representativas da sociedade civil. Em outro artigo, a subcomissão determina que ficará proibida "a importação, pesquisa, fabricação, armazenamento e transporte de artefatos bélicos nucleares, competindo ao presidente da República o fiel cumprimento deste dispositivo, sob pena de responsabilidade".

Na opinião dos ministros militares, assuntos técnicos como energia nuclear devem ser regulados por leis específicas, para que possam ser atualizadas, de acordo com a vontade política do governo e da nação. Eles entendem ainda que qualquer limitação nesse momento poderá "prejudicar o país no futuro".

O ministro Henrique Sabóia, ao analisar a proposta da subcomissão, declarou que "essas mesmas pessoas que estão elaborando a nova Constituição hoje poderão pensar de maneira bastante diferente daqui a vinte anos, quando a conjuntura mundial for outra". O ministro do Exército, por sua vez, disse que a nova Constituição deve ser sucinta e que energia nuclear é assunto técnico. O ministro Moreira Lima afirmou que incluir tais artigos será um grave erro.

Simon não apoiará mandato de 5 anos

Da Sucursal de Porto Alegre

O governador Pedro Simon (PMDB) negou que venha a dar apoio à tese do mandato de cinco anos ao presidente José Sarney em troca de socorro financeiro do governo federal ao Estado. E considerou a pergunta neste sentido "meio ofensiva", ao falar num programa da rádio Gaucha de Porto Alegre. Ele afirmou ser "absolutamente parlamentarista", enquanto a maioria dos candidatos à sucessão presidencial é presidencialista. Portanto, alertou, "no momento em que se definirem estas candidaturas, praticamente está morto o parlamentarismo".